

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 22 DE JUNHO DE 2011

N.º 3/2011

DIA: Vinte e dois de Junho do ano de dois mil e onze.-----

HORA: Dezanove horas e cinco minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD)-----

2º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD)-----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado(PPD/PSD);-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD – Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD – Dr.ª Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP – Arlindo Tavares Fernandes, em substituição do Sr. Eng.º Aníbal
Moreira da Costa;-----

CDS/PP – Dr.ª Assunção Maria Ventura Duarte de Freitas, em substituição do Sr.
António Gomes;-----

CDS/PP – Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

2011.06.22

CDS/PP – Dr.^a Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

CDS/PP – António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP – Eng^o Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dr.^a Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS – João Miguel Almeida Campos, em substituição do Sr. Manuel de Sousa Pinho;-----

Independente - José do Nascimento Peres;-----

PPD/PSD – Carlos Tavares em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD – Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD – Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho.-----

2011.06.22

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dr.ª Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, após comunicação do Sr. António Gomes e Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa, da impossibilidade de estarem presentes, foram convocados nos termos da Lei, a Sr.ª Dr.ª. Assunção Maria Ventura Duarte de Freitas e o Sr. Arlindo Tavares Fernandes, respectivamente, para preencher as vagas e participar nos trabalhos da sessão. Comunicou ainda que o Sr. Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, por impossibilidade de estar presente, se faz representar pelo seu substituto legal, Sr. Carlos Tavares. -----

Informou também que se apresentou para participar nesta sessão o Sr. João Miguel Almeida Campos a fim de substituir o Sr. Manuel de Sousa Pinho, apresentando comunicação escrita deste último solicitando a sua substituição.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia destacou dentre a correspondência recebida desde a última sessão, a comunicação do Sr. José do Nascimento Peres (com registo de entrada n.º 58, de 06.05.2011) na qual informa que pretende exercer o mandato como Independente, bem como a comunicação do Sr. Dr. José Ferreira Pinto, ex-Procurador Adjunto do Tribunal de Vale de Cambra, aproveitando para dar as boas vindas à Sr.ª Dr.ª Susana Santos, agora Procuradora Adjunta, bem como à Dr.ª Sofia Nunes também Procuradora Adjunta do Tribunal desde há cerca de um ano.-----

Por fim, deu conhecimento da retratação pública pelo Sr. Rogério Martins Correia (publicada no Jornal Notícias de Cambra de 31.05. 2011), acerca de um artigo por

2011.06.22

este escrito e publicado no Jornal Notícias de Cambra, no dia 16.03.2010, que deu origem ao processo 202/10.1TAVLC, do qual é arguido.-----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs transmitir à Família Senhor Marcelino Francisco Monteiro um voto de pesar nos seguintes termos: “Nesta data a Assembleia Municipal manifesta o seu mais profundo e sentido pesar pelo falecimento do Senhor Marcelino Francisco Monteiro que foi um excelente Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra e excelente deputado na Assembleia Municipal onde as suas intervenções se caracterizavam pela grande simplicidade, eficácia e elevação.”-----

Sob proposta do Senhor Presidente da Assembleia, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade dos deputados municipais presentes, transmitir à família as suas mais sentidas e respeitosas condolências pelo falecimento do Senhor Marcelino Francisco Monteiro, ex-autarca na Assembleia Municipal e Junta de Freguesia.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos senhores deputados municipais.-----

Intervindo, o Sr. António dos Santos Sousa apelou para a objectividade das intervenções proferidas pelos deputados municipais e para as temáticas abordadas, que devem ser de interesse para os munícipes e devidamente esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara e Vereadores. -----

Sobre a estrada que liga Macieira de Cambra à Pena, referiu parecer-lhe concluída, levantando a questão da segurança na Ponte das Cavadas, devido a tubos podres e soltos aí existentes que poderão pôr em perigo quem lá passa e a eles se agarre. Questionou a falta de arranjo da Rotunda das Agradas onde uma das nove pedras esculpidas que representam as nove freguesias do Município, continua no chão, o que, na hipótese daquela representar a freguesia de Macieira

2011.06.22

de Cambra, o levaria a pensar outra coisa. Solicitou informação sobre a rentabilidade do Parque de Estacionamento e custos de manutenção, encargos com a empresa ACA até à data, bem como as perspectivas para o futuro. Perguntou se as piscinas iriam abrir a 100%. Relembrou a necessidade da conclusão das obras de abastecimento de água ao lugar de Malhundes, bem como a ligação à rede de saneamento público nos lugares da Freguesia de Macieira de Cambra, designadamente Póvoas, Furna, Perrinho, Valegalhardo, Santo Aleixo. Referiu a necessidade de alargamento ou a reparação do piso da estrada Macieira de Cambra – Porto Novo e alertou o facto da iluminação pública na zona do Rossio ter estado ligada 24h/dia.-----

O Dr. João Pedro Bastos da Silva começou a sua intervenção saudando o PSD pela vitória alcançada nas eleições legislativas do passado dia 5 de Junho, desejando ao Governo empossado no dia 21 de Junho, um bom trabalho em prol de todos os Portugueses. Referiu que na anterior sessão, a bancada do PS tinha solicitado num relatório relativo aos três primeiros meses de estacionamento pago em Vale de Cambra, não o tendo recebido até ao momento, facto que deixa o PS inconformado porque não lhe ser dado a conhecer a real situação de um compromisso assumido pela Câmara Municipal e pela empresa concessionária.---

No uso da palavra, o Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José Bastos e a todos os Vereadores, a forma correcta como têm tratado Macieira de Cambra durante os quase dois anos do seu mandato. Por haver ainda muito por fazer, disse que continuará de forma concertada e amiga a solicitar o contributo da Câmara Municipal para concretizar as obras a desenvolver Macieira de Cambra apesar das dificuldades dos tempos que correm. Mencionou algumas obras concluídas que beneficiaram muito a Freguesia, destacando a EM 550, o Centro de Macieira de Cambra, a ligação à EN 324,

2011.06.22

Campo da Raposeira ao Outeiro, a repavimentação do troço de Outeiro de Rei até ao estaleiro da Câmara Municipal e os balneários do CDC. Mencionou que, apesar de sem contribuição financeira da Junta de Freguesia, as obras na Sede do Grupo Etnográfico Terras de Cambras (GETC) decorrem a bom ritmo homenageando os respectivos directores por se terem envolvido nesta grande obra.-----

No uso da palavra, o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares fez uma breve explicação do ocorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal, em relação à sua actividade como representante do Município no Agrupamento de Centros de Saúde do Entre Douro e Vouga II, começando por referir que a Directora Executiva Dr.^a M^a Odete Gomes de Pinho vai deixar o lugar por motivos pessoais, exercendo somente a sua função de médica em Ossela. Dos dados recolhidos e analisados em reunião, realçou que cerca de 16400 utentes do ACES de Entre Douro e Vouga que não têm médico de família, distribuindo-se estes por Vale de Cambra, com 5360 utentes, Cucujães com 5370 e 5580 na parte sul desta região. Refere ainda que cada médico tem em média 1702 a 2000 doentes, notando-se uma falta de 9 médicos, sendo difícil a sua colocação nos próximos tempos, por falta de pessoas formadas e pela imprevisão na reforma de outros. As unidades Calambria e Salus Caima ainda não têm o quadro de médicos completo, socorrendo-se de empresas de contratação, sempre que necessita de médicos. Quanto à área administrativa, informou que existem 5 pessoas na Calambria e 6 na Salus Caima, considerando o funcionamento destes serviços quase em pleno, face à conversa tida com alguns utentes aquando da visita feita àquele Centro de Saúde.-----

Porque a época de incêndios vigora de 1 de Julho a 30 de Setembro de 2011, sugeriu à Câmara Municipal que juntamente com os Bombeiros faça um

2011.06.22

levantamento dos pontos de água existentes no concelho, de modo a verificar o seu estado de conservação, reparando-os caso necessitem.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga, iniciou a sua intervenção referindo-se ao discurso do Dr. Pedro Passos Coelho feito em 27.05.2011, num almoço de campanha em Chaves, passando a citá-lo: “Nós podemos hoje todos os Portugueses olhos nos olhos, de cara lavada, de costas direitas e podemos dizer aos portugueses nós não somos todos iguais. Cada vez se protegem mais certos negócios e não a iniciativa livre dos cidadãos, cada vez há mais batota.” Subscrevendo as palavras do Dr. Passos Coelho, apela para que haja liberdade de oportunidades para todos os Cambrenses, no Concelho, coisa que actualmente não se verifica. Tem esperança que o Primeiro Ministro de Portugal construa um País melhor, mais justo e mais solidário.-----

Refere-se ainda à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, feita aquando da entrega da medalha de ouro ao Reverendo Padre Martingo, no que diz respeito ao que considerou ser um grande desígnio para si e para a sua equipa de Vereadores: ter o Ensino Superior em Vale de Cambra, ideia que acha ser a de todos os presentes. Refere que alguém não quis o ensino superior em Vale de Cambra porque, há pelo menos três anos, falou com o Sr. António Jorge Pinho, com o Sr. Dr. António Fonseca e Eng.^a Marta, além das reuniões tidas com o Eng.^o Afonso Fernandes do ISEP, entre outros, como é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e na altura havia uma decisão entre os Ministérios da Economia, do Trabalho e do Ensino Superior na pessoa do Ministro Dr. Mariano Gago, para que, se Vale de Cambra quisesse, de imediato houvesse Ensino Superior em Vale de Cambra, não sendo concretizado o projecto devido a qualquer coisa como a Autarquia não querer ou não ter disponibilidade para pagar trinta a quarenta mil euros para a deslocação dos professores da Universidade do Porto até Vale de Cambra. Pretende fazer o

2011.06.22

presente registo sobre o assunto e espera que o Ensino Superior venha para Vale de Cambra. -----

Referiu que o Sr. Presidente, na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Abril, fez referência a um relatório de uma empresa de auditoria, que foi entregue durante a sessão. A CSA Auditores é uma empresa com sede em Braga com a qual a autarquia fez um ajuste directo de trinta e seis mil euros no dia 11 de Janeiro de 2011, sendo também aquela empresa a auditar as contas da ACA, empresa que construiu o Parque Subterrâneo e está a construir o Parque da Cidade. Face ao referido, perguntou se foram feitos convites e qual a duração do contrato, achando muito caro se aquele tiver a duração de um ano. Dei como exemplo o município de S. João da Madeira, que tem uma receita/despesa maior que Vale de Cambra e não aceitou pagar uma importância tão elevada a um auditor. Em Janeiro de 2010, a Autarquia de S. João da Madeira, com o acordo de todos os vereadores do PSD, CDS e PS, fez uma consulta a 5 empresas com sede naquele município, em Stª Mª Feira e Porto e por unanimidade, foi escolhido um Revisor Oficial de Contas. Pensa que em Vale de Cambra não se fez isso e sendo o preço referido, por um ano, acha ser uma quantia muitíssimo elevada, concluindo que é daquela forma que se defende a coisa pública.-----

Perguntou qual a duração do contrato no valor de 54.000,00€, feito em 11 de Março, com um escritório de Advogados do Porto e a que se destina a assessoria jurídica. -----

Face aos ajustes directos feitos no período de 02.09.2008 a 18.04.2009, que totalizam 6.858.497,92€, pensa que deveriam ser publicitados na imprensa local, para que houvesse mais transparência nas decisões e uma economia de centenas de milhares de euros.-----

Perguntou quando vai ocorrer a apresentação das contas da VCP, pois pensa que o Sr. Presidente respondeu aos Vereadores numa reunião de Câmara, que iria

2011.06.22

contratar uma empresa de auditoria para ver as contas da VCP. Referiu que se vai gastar dinheiro numa coisa que não se deve, porque as contas da VCP são umas contas de mercearia que qualquer pessoa faz, devendo estar disponíveis, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara, porque não as apresenta, afirmando que aquelas são um desastre. Perguntou ainda o porquê de, no próprio dia, ao dirigir-se ao Parque Subterrâneo, não poder entrar nem na primeira nem na segunda porta, fazendo-o só na última. Refere que alguém da VCP (o Sr. Presidente da Câmara é o Presidente da VCP) mandou fechar as portas e colocar umas fitas para os carros só estacionarem no último piso, facto que considerou inacreditável.-----

Referiu-se ao concurso limitado para o Centro Escolar de Macieira de Cambra/EB 2 do Búzio, no valor 3.060.598,84€, como uma trapalhada de concurso, onde pensa haver, no momento, matéria criminal. Nas últimas duas ou três semanas perdeu muito do seu tempo a analisar documentos, indo fazer um requerimento ao Presidente da Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal lhe permita ver o processo. À semelhança da circular de Vila Chã, do Parque Urbano da Cidade, quando empresas como a Mota-Engil, a Teixeira Duarte, a Soares da Costa, as maiores empresas do País são excluídas do concurso por razões que não se percebem, ou se percebem, refere que é uma questão que “deixa muito a desejar”, num concurso de 3 milhões de euros. Apelou aos senhores deputados municipais, para que consultem na internet, os concursos de qualquer Município deste País, onde viu só uma obra feita num Município do Algarve ou Alentejo, cuja licitação base era de 18 milhões, com a concorrência livre de trinta e tal empresas.-----

Interrompeu neste momento o Sr. Presidente da Assembleia, alertando para o tempo reservado ao Período da Ordem do Dia e apelando ao poder de síntese do deputado.-----

2011.06.22

Retomou a palavra o Sr. Albano Oliveira Braga referindo estar a tentar ser preciso. Referindo ainda que poderia haver poupança de centenas de milhares de euros se o concurso fosse feito de outra maneira. Concluiu dizendo que concretamente no concurso do Centro Escolar de Macieira de Cambra, pensa existir indícios de matéria criminal.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa agradece e regista a referência que o deputado municipal, Dr. João Silva, fez ao resultado das eleições legislativas de 5 de Junho, lembrando que disse na última assembleia, que se estava a um mês da mudança para Portugal, facto ocorrido nos 38 dias que separaram a última assembleia do dia da mudança para Portugal.-----

Manifesta também a esperança que o novo Governo, com a nova maioria possa trazer para os Portugueses e para os Valecambrenses melhores notícias do que aquelas que existiam antes das eleições.-----

Referiu que ele próprio e o Grupo Municipal do PSD pretendem realçar duas ou três questões sendo a primeira, referente à organização das Festas de Santo António, que a Câmara Municipal este ano realizou e muito bem, não se referindo ao programa porque seria impossível agradar a todos, mas sim à organização, à disciplina e sobretudo à forma ordeira como as festas decorreram. Outra questão prende-se com a atitude do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, cuja primeira intervenção ocorreu exactamente a seguir às eleições legislativas, questionando a razão daquela Freguesia ser a única que votou sempre desalinhada com a maioria, como já aconteceu noutras ocasiões. Afirma que o facto o Sr. Presidente da Junta de Macieira de Cambra, no seu pleno direito, vir agradecer publicamente à Câmara Municipal, as obras feitas na Freguesia, será o mesmo que dizer: “Desculpe lá, o PS ganhou em Macieira de Cambra, mas desculpe lá, nós continuamos consigo”. Frisa que uma questão é a questão autárquica e outra é uma questão legislativa nacional, registando contudo

2011.06.22

com agrado a intervenção porque já era hora do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra agradecer o tratamento que tem tido por parte da Câmara Municipal.-----

Referiu mais duas situações, uma sobre o Voto de Pesar achando não haver mais nada a declarar, uma vez que foi registada a unanimidade, sendo a última a questão da retratação pública de alguém que se dirigiu à Assembleia Municipal, a todos os deputados municipais de forma incorrecta, ilícita e indigna, referindo que viu com muito agrado a situação ser reparada, afirmando que não há nenhum valor que pague o dano causado, sejam quais forem as circunstâncias. Manifestou o agrado de toda a Assembleia Municipal, que merece o respeito das pessoas e que tem feito por merecer, porque muitas vezes pode acontecer o contrário, podendo haver membros desta Assembleia que usam em sentido contrário, as prerrogativas que lhe foram conferidas. -----

Intervindo, o Sr. Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos refere que a última intervenção do Dr. Paulo Barbosa é jovial quando fala do Presidente da Junta de Macieira de Cambra, como único Presidente da Junta fora do círculo do PSD, dando-lhe um ar brincalhão, como lhe é peculiar, agradecendo por isso mesmo a intervenção que serviu para desanuviar alguma pressão existente naquela Assembleia. Agradeceu ainda a intervenção feita pelo Sr. Manuel Domingos, enquanto representante do Município nas reuniões tidas no ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, que lhe compraz porque a todos diz respeito. Salientou a necessidade de esclarecimentos relacionados com o Parque de Estacionamento onde nota uma baixa utilização, verificando-se que há uma deficiente ou quase nula fiscalização no estacionamento à superfície, o que o preocupa pelo facto de existirem cláusulas relativas ao incumprimento de objectivos desta empresa privada, tendo a Câmara Municipal de salvaguardar os

2011.06.22

valores mínimos. Considera relevantes, por isso, as questões colocadas pelo Dr. João Pedro da bancada do PS e pelo Sr. Albano Braga, colega de bancada.-----
Felicitou o PSD pela vitória nas eleições e desejou ao novo Governo empossado recentemente e ao Dr. Passos Coelho as maiores felicidades, porque seja de que quadrante ou partido for, é preciso que o País dê uma volta por cima para eventualmente, daqui a dois, três ou mais anos possam estar todos de cabeça levantada e não dizer “minha culpa, minha culpa, nós não fizemos absolutamente nada”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, na sequência da intervenção do deputado municipal Sr. Albano Braga, sobre a Escola Tecnológica, pretendia esclarecer que aquela nasceu em 1994, quando era Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dr. António Fonseca, sendo por aquele, por ele próprio, pelo Sr. António Jorge Leite Pinho e vereador Pina Marques construída com destino ao ensino superior, tendo durante dezassete anos, sido intenção, alterar os estatutos então elaborados, para que a escola destinada ao ensino superior fosse uma realidade. Disse que durante esse período foram encetados esforços e processos, conjuntamente com o ISEP e com o Instituto Politécnico do Porto, presentes nas Assembleias Gerais, mas nunca houve autorização do Ministério do Ensino Superior para que o ensino superior chegasse a Vale de Cambra. Nunca foi referido aquilo que foi dito pelo Sr. Albano Braga, tanto nas reuniões do ISEP, realizadas naquela Escola, como na Escola Tecnológica. Frisou ainda que há dezassete anos se luta pelo Ensino Superior em Vale de Cambra e que foi com agrado que ouviu o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse no dia da cidade. Para que haja transparência neste processo, afirmou saber do que está o Sr. Presidente a falar e do que o ISEP está a falar, porque continua a ser o representante legal do Sr. Presidente da Câmara na Direcção da Escola Tecnológica.-----

2011.06.22

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal, na sua pessoa, levantou um processo contra o Sr. Rogério e ele próprio foi indemnizado no valor de 1.000,00€ que endossou, em nome da Câmara Municipal, ao Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, com obrigatoriedade de um pedido de desculpas público por parte daquele. -----

Quanto à intervenção feita pelo Sr. António Santos Sousa, respondeu que já estavam identificados os pontos relativos à segurança na estrada recentemente pavimentada entre Macieira de Cambra e a Pena e que, oportunamente irão proceder à sua execução porque reconhecem que junto à ponte há necessidade de guardas ou novos muros de protecção. Informou que as Piscinas Municipais vão abrir dentro do prazo, esperando-se uma grande afluência.-----

A propósito da referência à falta de lucro do Parque Subterrâneo, referiu que a obra das Piscinas Municipais é uma das obras que mais prejuízo dá à Câmara Municipal, nunca tendo visto ninguém equacionar a possibilidade de as encerrar ou diminuir o horário, pois toda a gente percebe que é um custo social bem aplicado.-----

Referiu que ainda falta fazer muita rede de saneamento em todo o concelho apesar da actual elevada área abrangida, sendo a questão do saneamento focada no ponto 3 da Ordem de Trabalhos, onde, através da selecção de um parceiro privado se colmatará a presente falta e, tendo em conta que ainda não foi aberta qualquer forma de candidatura QREN para esta área, não fazia sentido dar início a qualquer processo no momento. Informou que possivelmente irá surgir a hipótese de candidatura ao QREN num futuro próximo, uma vez que a empresa Águas de Portugal não conseguiu centralizar em si a área em questão.-----

Reconheceu que a estrada que vai para Porto Novo é uma das estradas mais fracas de Vale de Cambra e que em anterior data ficou acordado com a Junta de Freguesia o levantamento de todos os proprietários de terrenos à sua face, para a

2011.06.22

cedência gratuita do terreno necessário à concretização do seu alargamento ou correcção porque existem pessoas aí a viver e autocarros que aí passam no transporte de crianças, além da existência da Aldeia de Trebilhadouro, que tem 2 projectos aprovados, indo impulsionar o movimento deste local, concluindo que se trata de uma obra que merece toda a atenção e que obviamente, terá de ser corrigida.-----

Em relação às luzes acesas no Rossio, disse que na data referida, as luzes do concelho de Vale de Cambra estavam todas acesas e não só aquelas, porque foi contratualizada com a EDP a colocação de relógios nos 124 PT's para que, em caso de avaria das células, as luzes não acendam. Constatou-se que, apesar da alteração feita, quer no centro da cidade, quer na Lomba, quer no Rossio as luzes estiveram acesas. Informou que iria saber junto da EDP a razão desta não estar a cumprir o estabelecido com a Câmara Municipal.-----

Registou o facto de ninguém fazer queixa do que quer que estivesse avariado, antes de se falar em crise, achando que esta tinha um aspecto positivo, o de sensibilizar as pessoas para a poupança.-----

Referiu-se à empresa EDP como um parceiro com o qual por vezes não é fácil lidar, havendo contudo necessidade de resolver rapidamente a situação da economia de energia porque existe um investimento de mais cinquenta mil euros numa candidatura cujo objectivo é economizar, não fazendo esta sentido se se acenderem as luzes o dia inteiro. -----

Sobre o rendimento tido pelo Parque de Estacionamento, referiu que ainda não possuía números, estando a VCP a requerer à Câmara Municipal o reequilíbrio financeiro face ao acordo celebrado e à existência de um desvio de mais de 15% em relação ao que estava contratado. Explicou que ao fim de vários meses de utilização é verificado o cumprimento do contrato no que concerne à ocupação e, havendo um desvio, esta empresa pode pedir o reequilíbrio, o que ocorreu, sendo

2011.06.22

apresentado por esta um desvio superior a 15% em relação ao contratualizado. Este valor é uma realidade tendo em conta que o Parque de Estacionamento, quer subterrâneo quer à superfície, está muito aquém da ocupação pretendida. Após a concretização do reequilíbrio financeiro, será disponibilizada esta informação.-----

Agradeceu as palavras elogiosas do presidente da Junta de Macieira de Cambra sobre todos os investimento feitos na freguesia de Macieira de Cambra, registando com agrado, aquele reconhecimento público.-----

Em relação à intervenção do Sr. Albano Braga, referiu que não é leal nem justo e absolutamente inadmissível este chegar ao púlpito e com grande ligeireza dizer que o Dr. Fonseca, o Sr. António Jorge, o Dr. Manuel Augusto e ele próprio não percebem nada disto e que com trinta mil euros ou quarenta mil euros estava o problema do Ensino Superior resolvido. Refere ainda que este põe em causa as pessoas, o trabalho, a dedicação, a luta constante que estas têm tido, as muitas reuniões e os inúmeros contactos superiores realizados sendo impróprio dizer que, se a Câmara tivesse disponibilizado trinta ou quarenta mil euros já existia o Ensino Superior em Vale de Cambra há três anos, revelando esta afirmação uma falta de conhecimento da situação ou uma tentativa de rebaixamento de todas as pessoas que têm vindo a lutar por isso nos últimos anos. Refere que a intervenção daquele põe em causa ainda todos os concursos que a Câmara Municipal fez, afirmando que foram feitos ajustes directos de seis milhões de euros, que a Soares da Costa foi excluída na obra da Escola Básica, empresa que nem sequer concorreu. Questiona as intenções do deputado municipal quando faz afirmações que são só verdade no seu pensamento e não na realidade. Pensa que isso até lhe poderia dar o direito de o processar criminalmente porque insinua que o órgão executivo é corrupto, sendo ele a única pessoa séria. Declarou que o actual executivo merece o respeito de toda a gente,

2011.06.22

não sendo a sua actuação comparada à de merceeiros, como este referiu. Sobre o contrato de 36 mil euros feito com os Revisores Oficiais de Contas, disse que o prazo deste é de três anos e não um ano. Também com o escritório de advogados o prazo é de três anos, e não de um ano. Terminou explicando que se abriu um procedimento por concurso limitado com prévia qualificação para a EB 2 do Búzio e que aquele deputado municipal não sabe do procedimento e coloca em causa a seriedade das pessoas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia dá por concluído o período de antes da ordem do dia, sendo interrompido pelo deputado municipal, Sr. Albano de Oliveira Braga que pretende ainda intervir. Estando encerrado o período de antes da ordem do dia, interveio o deputado municipal Dr. João Pedro Bastos da Silva no sentido de ser permitida a defesa da honra a qualquer deputado municipal durante a sessão. O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que aquele deputado municipal não invocou a defesa da honra, sendo essa a razão de não lhe ter sido dada a palavra. A título de defesa da honra, foi então dada a palavra ao deputado municipal Sr. Albano de Oliveira Braga, por se considerar um direito a usufruir a qualquer momento durante a sessão.-----

Intervindo, o Sr Albano de Oliveira Braga referiu que queria fazer um esclarecimento e vários reparos, começando por dizer que sobre o Ensino Superior utilizou o termo “penso que” e não afirmou, como o Sr. Presidente disse.

Após alguma celeuma, o Sr. Presidente da Assembleia interrompe pondo ordem na sala, pedindo ao deputado municipal para que este seja mais sucinto. - -

O Sr. Albano Oliveira Braga continua dizendo que, relativamente às palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do contrato, somente perguntou se foi assinado em tal data e perguntou se era por um ano ou mais tempo.-----

2011.06.22

Interrompido novamente pelo Sr. Presidente da Assembleia, que refere que este se deve cingir à defesa da honra, o deputado municipal diz que gostaria de fazer um esclarecimento mas que então o fará noutro local.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga continuou afirmando que só tinha perguntado se o contrato era por um ano ou mais tempo.-----

É interrompido pelo deputado municipal, Dr. António Paulo Soares Barbosa que afirma que o seu discurso não está a ser em defesa da honra, devendo este dizer no que foi ofendido, respondendo somente com base nessa ofensa.-----

Ainda com alguma celeuma na sala, o Sr. Presidente da Assembleia pede então ao deputado municipal, Sr. Albano de Oliveira Braga que se refira somente ao ponto onde foi ofendido.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga, intervindo, pede calma aos presentes para que possa falar e refere que o Sr. Presidente da Câmara fez uma intervenção muito exaltada dizendo que este os chamou corruptos, coisa que nunca disse. Disse que levantou questões, conforme poderia comprovar na gravação realizada e que se este quisesse processá-lo, conforme disse nesta e numa das anteriores sessões, o poderia fazer pois estava tudo gravado.-----

Declarou que era uma pessoa responsável e que nunca disse que o Sr. Presidente ou os Vereadores eram corruptos. Disse que havia matéria criminal no processo de empreitada da Escola EB 2 do Búzio e que nas últimas três semanas perdeu muito tempo em determinados sítios, inclusive com o Juiz do processo achando que, eventualmente, há matéria criminal, mas não estando ainda concluído o processo, nada pode acrescentar. Afirma que não é verdade que os chamou corruptos, tal como o Sr. Presidente proferiu na sua intervenção.-----

Finda a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o período de antes da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2011.06.22

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE

2011: O Sr. Albano Braga solicitou que se transcreva na íntegra a sua intervenção sobre a estrada em Codal, tal e qual o documento que entregou na sessão de 28 de Abril.-----

De seguida, referiu que relativamente à discussão sobre a colocação da caixa ATM em Macieira de Cambra, o Sr. Presidente da Junta de Arões, entre outras coisas, disse que no tempo dele era gente de outro calibre e outra estirpe, tendo esta afirmação sido omitida. Entende que o Sr. Carlos Dias deveria explicar o significado da sua afirmação e a quem era dirigida.-----

O Sr. Presidente da Assembleia alertou que os Srs. deputados municipais devem corrigir apenas as suas intervenções.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que na página n.º 33 da proposta da acta se encontra uma intervenção que ele próprio proferiu em defesa da honra do Partido Socialista, face às palavras do Sr. Presidente da Câmara, quando este referiu que o PS tinha uma atitude mesquinha e dor de cotovelo, intervenção que não consta da proposta da acta e sem a qual o direito de defesa da honra usado não tem qualquer nexos. Assim, solicita a sua menção nessa acta.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que ouvida a gravação e confirmada a sua afirmação, esta pode constar em acta.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a acta a votação com as alterações propostas.-----

Efectuadas as correcções solicitadas pelo Sr. Albano Oliveira Braga e Dr. João Pedro Bastos Silva, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a acta da sessão ordinária de vinte e oito de Abril de dois mil e onze, por maioria de dezanove votos a favor com onze abstenções, dos deputados municipais: Dr. Rodrigo Oliveira da Silva, Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Arlindo Tavares Fernandes, Dr.ª Assunção Maria Ventura Duarte de Freitas, Dr.ª Paula Cristina

2011.06.22

Soares de Oliveira Pedro, Albano de Oliveira Braga, Dr.^a Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, António dos Santos Sousa, Eng.^o Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos, João Miguel Almeida Campos e Dr.^a Maria do Rosário Simões de Carvalho.-----

A Sr.^a Dr.^a Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra referiu que a sua abstenção se prende com o facto de não ter estado presente na sessão.-----

2. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UM TROÇO DE CAMINHO, SITO EM SANTA CRUZ, FREGUESIA DE MACIEIRA DE CAMBRA: Presente deliberação da Câmara Municipal de 17 de Maio de 2011, na qual submete a aprovação desta Assembleia Municipal, a desafecção do domínio público municipal para o privado do Município de um troço de caminho sito no lugar de Santa Cruz, freguesia de Macieira de Cambra, com a área de 120m² destinada a permuta com uma parcela de terreno com a área de 120m², propriedade de Rodrigo Manuel Oliveira Pinto. Anexa Planta à escala 1/1000.-----

Sendo dada a palavra ao Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, este referiu que se tratava da desafecção de um troço de caminho público que atravessava o terreno privado, tendo o seu proprietário feito uma permuta, pela qual integra aquele caminho no seu terreno e executa um novo caminho na berma do seu terreno, deixando-o com as mesmas características de passagem. -----

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dado a possibilidade de intervenção aos presentes, **interveio o deputado municipal Sr. Eng.^o Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos**, dizendo que o caso não deve merecer implicância de ninguém e que noutros casos que eventualmente existam, o método de permuta resolverá a situação desde que não haja prejuízo para o erário público.-----

2011.06.22

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos trinta deputados municipais presentes, desafectar do domínio público municipal para o domínio privado, um troço de caminho, sito no lugar de Santa Cruz, freguesia de Macieira de Cambra, com a área de 120m², através da permuta de parcela de terreno com a mesma área de 120m², que ficará como caminho a executar pelo permutador, Rodrigo Manuel Oliveira Pinto, conforme planta à escala 1/1000.-----

3. SELECÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO PARA ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL, ÁGUAS DO CAIMA, EEM – PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO

20/2010: Presente deliberação da Câmara Municipal de 17 de Maio de 2011, pela qual aprovou os seguintes documentos, que submete a apreciação desta Assembleia Municipal:-----

- as actas do Júri do Procedimento de Negociação 20/2010 de “Seleção de parceiro privado para Entidade Empresarial Local “Águas do Caima, EEM”, datadas de 10.11.2010, 07.03.2011 e 10.05.2011;-----

- os Estatutos da Entidade, já aprovados em reunião de Câmara de 15.09.2008 e em sessão da Assembleia Municipal de 26.09.2008 e agora readaptados por força da alteração da legislação em vigor;-----

- o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos já aprovados em reunião de Câmara de 09.02.2010 (continuada em 11/2) e em sessão da Assembleia Municipal de 26.02.2010 e agora readaptados por força da alteração da legislação em vigor;-----

- o Acordo Parassocial e o Contrato de Gestão.-----

Deliberou ainda a Câmara Municipal na referida data abrir novo período de apresentação de candidaturas, com exclusão dos candidatos já qualificados, tal como preconizado pela Entidade Reguladora.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou que a matéria em questão já foi diversas vezes discutida, deliberada e aprovada quer

2011.06.22

em reuniões da Câmara Municipal quer em sessões da Assembleia Municipal, designadamente na sessão de Fevereiro de 2010, sendo o ponto em discussão a aprovação dos instrumentos do procedimento adaptado às alterações legislativas que entraram em vigor, adaptando-os às recomendações recebidas da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. As alterações em causa baseiam-se em ajustamentos e adaptações ao quadro legal vigente não alterando os pressupostos e os princípios básicos já enunciados e apresentados, não havendo qualquer alteração substancial àquilo que a Assembleia oportunamente discutiu e aprovou. Refere ainda que os pressupostos e princípios serão também os subjacentes aos propósitos que constam do Programa do XIX Governo, de maioria, recentemente empossado. Quanto à participação em 49% do sector privado na gestão das águas, disse que se mantém absolutamente salvaguardado o interesse público com a participação maioritária do Estado, em 51%. Para além do que ficou expresso tanto nas actas da Câmara Municipal como da Assembleia Municipal, quanto à importância e necessidade da gestão privada da Entidade Empresarial Local, refere que a solução agora preconizada pelo novo Governo reforça a convicção de que é o caminho correcto a prosseguir.-----

Aberta a discussão, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputados municipais, de cuja intervenção se fez um resumo ou transcreveu conforme o solicitado pelos próprios.-----

O Sr. José do Nascimento Peres disse que a sua decisão de exercer o mandato como independente não se deve a qualquer divergência com o CDS/PP, seus dirigentes ou seus militantes, tendo comunicado a sua decisão ao Presidente da Comissão Política Concelhia, agradecendo a oportunidade que o Partido lhe deu por cumprir agora o segundo mandato. -----

Em relação à matéria em apreciação, proferiu a intervenção que se transcreve:

“Em 26 de Fevereiro pronunciamos-nos sobre este assunto. Somos de novo

2011.06.22

convidados a fazê-lo, por força de lei superveniente, apoiados em novos elementos que nos permitem fazê-lo com mais rigor e segurança. Quero deixar bem claro, para memória futura, que partilho inteiramente das preocupações do executivo e entendo, como ele, que é prioritário e urgente, resolver o problema da água e do saneamento básico no concelho. Discordo apenas da opção e, fundamentalmente dos argumentos invocados, por várias razões: O problema não é novo e há 10 anos, serviu de bandeira para a eleição do saudoso Dr. Eduardo. Por infelicidade dele, seria V. Ex.^a a concluir o mandato. Foi eleito para um segundo e terceiro. E o que se seguiu? -----

De questão prioritária, passou para segundo plano, (não obstante algumas incursões nessa área), apostou em obras faraónicas, umas de interesse outras dispensáveis (v.g. parque de estacionamento, parque da cidade, etc.), aumentou exponencialmente o endividamento da autarquia e chegou a este ponto. Meus senhores, até 2013 temos de resolver isto e não há dinheiro para o fazer. Pois seria bem mais cómodo se hoje estivéssemos a discutir a possibilidade de dotar a cidade com os ditos parques de estacionamento e de lazer, resolvido o problema da água e do saneamento. Foram opções, respeito-as mas, não concordo com elas. A questão é política e também económica. A dívida soberana do País, o entendimento com a *Troika*, o endividamento do município, o conhecimento que há das PPP's, desaconselham a opção. Para não me acusarem de ser longo e de só citar as disposições que me interessam, sintetizo. Pelo que li nos Estatutos, no Acordo Parassocial e no Contrato de Gestão, digo-vos muito convictamente: A renda anual de 500 000 euros está garantida sim, mas para o parceiro a seleccionar, a autarquia nunca, em situação alguma, a receberá, quando muito será tratada em termos contabilísticos. A empresa dará sempre lucro, porque a autarquia a isso se compromete, à custa de suplementos e reequilíbrios financeiros, de aumentos de taxas e tarifas, estes a suportar pelos munícipes.

2011.06.22

Faz-me lembrar a história do indivíduo que furta uma galinha e depois convida o dono para o ajudar a comê-la. Afirmou em assembleia recente que números são o seu forte, mas, digo eu, terá mais dificuldade na análise e interpretação de textos jurídicos. Por via disso, não me leve a mal que lhe sugira uma leitura acompanhada, que veja quem suportará, em última análise, qualquer *décalage* financeira da empresa a constituir, que faça as contas e depois nos diga se tenho ou não razão, se o esforço exigido será razoável ou se, ao invés, não comprometerá seriamente a gestão futura da autarquia.”-----

O Sr. Engº Miguel Joaquim M. Ferreira de Matos referiu que as informações dos analistas nacionais e internacionais sobre as empresas públicas ou parcerias público-privadas é que estas são um grave problema de Portugal, não porque estas não possam funcionar mas porque, é facto provado que nos últimos anos os prejuízos são descomunais, sendo o erário público quem as mantém. Não sabe se será o caso desta empresa, pois não sabe o futuro, contudo a perspectiva é a de que “vai funcionar” uma vez que se está a dar o “ouro” além do saneamento, área com custos elevados. Refere que não concordava nem era apologista da situação apresentada, aconselhando a não se avançar com o actual projecto do qual duvida, não vendo solução imediata para a situação. Chamou a atenção para a possível gralha nos Estatutos no art.º 39º onde diz que o capital social pode ser alterado pela Assembleia Geral, que é um órgão inexistente nos Estatutos. Relativamente à renda anual a usufruir pela Câmara Municipal, referiu que nos termos do acordo existente esta poderá atingir os sessenta mil euros e não quinhentos mil euros conforme referido, achando correcto se o fosse pois seria uma vantagem para a Câmara Municipal que teria de subir o preço da água. Alertou para as taxas de água a colocar no mercado para que os munícipes não sofram demasiado com a alteração.”-----

2011.06.22

O Sr. Albano Oliveira Braga referiu que qualquer empresa faz reuniões com a sua Assembleia Geral e que o artº 39º dos Estatutos não lhe suscita dúvidas. Sobre a documentação apresentada, disse que é extensa e com linguagem técnica, tendo contudo verificado que falta no dossier, um anexo 3 referente a uma listagem de equipamentos. No Acordo Parassocial existe a menção de um auto-financiamento de nove milhões de euros e a cláusula quatro, na alínea a) do ponto cinco, refere que as Águas do Caima têm que dar cinquenta mil metros cúbicos de água à Câmara Municipal para satisfação das suas necessidades, sendo ao fim de cinco anos o valor reduzido para cinco mil metros cúbicos; na cláusula quatro, ponto sete, é mencionado que tem de ser paga uma renda de quinhentos mil euros por ano e noutra alínea menciona sessenta mil no mínimo. Na cláusula quatro, ponto dez menciona a remuneração de quinhentos mil euros por ano para o accionista. Refere que a média anual das receitas de água se situa nos setecentos e vinte mil por ano. No Contrato de Gestão, a cláusula quatro menciona a obrigatoriedade de ligação à rede, de cidadãos e empresas de Vale de Cambra. A cláusula cinco, ponto um, menciona que a duração do contrato é de trinta anos; sobre a cláusula oito, alínea a) do ponto um, disse que nunca foi referido, nem em reunião de Câmara nem na Assembleia, quais eram as infraestruturas existentes. Sobre a cláusula oito, alínea b) do ponto quatro, referiu que a autarquia tem muitos reservatórios e tanques e rede saneamento sem valores e condições atribuídos. Falou da cláusula nove, sobre os trabalhadores que poderão transitar para a empresa; na cláusula dez, ponto dois, que menciona a retribuição da cedência de cotas ao fim de dez anos; cláusula dez, ponto dois refere o contrato de arrendamento, porque além do referido, a Empresa pode fazer contratos de outros espaços e edifícios, que corresponde uma verba a juntar aos valores anteriormente referidos. A cláusula vigésima nona, ponto quatro menciona que é a água e o saneamento e no ponto cinco menciona a recusa da

2011.06.22

ligação ou seja, quem tem poços e não tem contadores de água será então obrigado a ligar-se, se tiver ligação ao saneamento. Quanto à administração, referiu que dos três administradores, dois são designados pela Câmara Municipal não sendo remunerados; o Director Geral indicado pelo privado terá um rendimento de acordo com um índice que recairá sobre o ordenado de um vereador da autarquia. Referiu que em Abril de 2010, aquando da aprovação de um aumento das tarifas de água, as empresas tiveram de um mês para outro, um aumento na factura de água no valor de 50%. Os particulares que têm contador e não gastam água tiveram um aumento de 28% e os restantes, 17%. Apresenta os números conforme relato feito, sendo resumidamente, quinhentos mil euros de renda à autarquia, quinhentos mil euros de remuneração ao accionista privado, cinquenta mil euros de água ao município que representa um custo, nove milhões de financiamento, rendas, custos com os funcionários, despesas de equipamentos e manutenção, despesas administrativas gerais, do administrador, do director geral, de ajudas de custo, o custo do ROC, combustíveis e comunicação e outras despesas. Declara que a sua explanação se deve ao facto de querer que fique escrito o seu desacordo com o presente Acordo pelo qual não se sentirá responsável em caso de aprovação. Continua a sua explanação, dizendo que se a Câmara facturava cerca de vinte mil euros por ano e se esta empresa tem os encargos atrás referidos, esta tem de ter receita suficiente, paga por todos os munícipes, como qualquer dos presentes, entre os dez e os quinze milhões de euros por ano.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos da Silva referindo-se ao Memorando da *Troika*, disse que numa das suas cláusulas era mencionado que devia haver uma reavaliação das parcerias público-privadas. Como o actual governo tem interesse nas privatizações, pretendendo privatizar as Águas de Portugal e se o Memorando da *Troika* o refere, acha que deve ser reavaliada a presente parceria.

2011.06.22

Em todos os municípios, onde foram criadas empresas do género, houve um aumento do valor da factura da água que criou dificuldades aos munícipes. Esta empresa será mais uma, mas nunca terá prejuízo porque a Câmara Municipal entrará sempre com uma receita dos contribuintes para manter a empresa. Refere que o PS mantém a posição tida anteriormente, manifestando-se contra o presente projecto.-----

O Sr. Jorge Tavares Costa perguntou se havia possibilidade de financiamento para executar a rede de saneamento que o concelho necessita, se os parâmetros de legalidade acarretavam prejuízo para a autarquia dizendo que o povo precisava de ligação de água e saneamento.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa referiu que foi o governo português que assinou o Memorando da *Troika*, sendo o Partido Socialista quem permitiu que estas se desvirtuassem e daí a necessidade de serem reavaliadas. Disse que a presente deliberação não fazia sentido porque a Assembleia Municipal já aprovou, sendo agora discutida a adaptação do procedimento à legislação que entrou em vigor, não se conseguindo assim alterar esta situação que já foi aprovada em sessão anterior. A posição tomada pela vereação do CDS/PP em Fevereiro foi a mesma que a actual não havendo alteração do sentido da posição. A nova disposição sobre as parcerias público-privadas fazem parte do novo governo e todos serão responsáveis pela decisão que irão tomar sendo adaptado o procedimento ou não à lei em vigor. A Entidade Reguladora não se manifestou como consta da deliberação da Câmara Municipal, sendo que, a haver uma alteração substancial decisiva, a Entidade Reguladora seria a primeira a referi-lo.-

O Sr. Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que pretendia corrigir o facto de se referirem a uma parceria público-privada, pois já o tinha dito numa sessão há um ano atrás, face à insistência em querer denominar de parceria publico-privada, um Acordo que se refere à constituição de uma empresa

2011.06.22

municipal, cujo capital social é de cinquenta mil euros, sendo vendido 49% desse valor. Concordava quando referiram que se tratava de uma opção política, para a qual foi eleito pelo povo de Vale de Cambra, sendo muitos os caminhos a seguir quando se fala em opções. Após consulta e análise de processos semelhantes noutros municípios, escolheu a empresa municipal por entender ser aquele o melhor caminho para o povo de Vale de Cambra. Não será recebido inicialmente qualquer valor, para se ter a liberdade de, a qualquer momento, acabar com a sociedade sem a necessidade de indemnização. Recusa-se a discutir novamente o procedimento porque o que está em causa é uma nova legislação, sendo este o primeiro caso a ser apresentado à ERSAR que demonstrou interesse, justamente por ser o primeiro. Já existem parceiros interessados e com a nova legislação poderão vir a surgir outros que têm hipótese de concorrer a esta empresa. Sobre a venda/privatização das águas como se têm referido ao longo da sessão, refere que a única coisa que dá lucro é realmente as águas mas a empresa a ser criada, irá ser de água e saneamento, estando convencido que esta é a melhor solução. Referiu que S. João da Madeira e Stª Maria da Feira já têm este tipo de empresa, estando Oliveira de Azeméis no seu início, achando que estes municípios não estão todos enganados. Do Entre Douro e Vouga só o Município de Arouca não está a seguir o mesmo caminho por já ter uma solução para o problema, problema esse que é o de levar a água a 25% da população de Vale de Cambra, cujo investimento é de trinta milhões de euros. Informou ainda que possui toda a documentação sobre o ponto, com todos os anexos, sendo esta igual à entregue aos deputados municipais e que se houve um lapso, este poderia ser ultrapassado junto do secretariado da sessão. Finalizou pedindo autorização à Mesa, para acrescentar art.º 5º onde estão mencionados os órgãos, o órgão - Assembleia Geral.-----

2011.06.22

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares referiu que este assunto, já em 2010 foi referido por todos como muito importante para o concelho, sendo necessário resolvê-lo. Até ao momento foi somente apresentada uma solução, sendo todos os presentes responsáveis por ela, pois existe uma freguesia no concelho que nem sequer um tubo de saneamento tem, sendo todos os partidos presentes responsáveis pela situação. Disse que, da oposição presente em todas as sessões, nunca ouviu uma argumentação contra um orçamento ou Prestação de Contas, por acharem importante a execução do saneamento e, não sendo viável a presente solução, veria ficar em perigo o concelho de Vale de Cambra devido à contaminação de águas neste e nos concelhos vizinhos.-----

O Presidente da Assembleia, face às intervenções sobre o ponto, referiu que as infra-estruturas de água e saneamento tiveram origem em diversas candidaturas, uma delas pelo Fundo de Coesão, em 1994 e até 2001 com o PRO-NORTE. Disse ainda que, como responsável pelas candidaturas na sua parte financeira e de execução física, no tempo do mandato do Dr. António Fonseca e, com base no conhecimento adquirido nesse tempo, foi abordada a integração de todo o sistema de água e saneamento de Vale de Cambra nas Águas do Douro e Paiva. Referiu que a proposta então feita, responde à grande dúvida sobre as infraestruturas de água e saneamento de Vale de Cambra, pois foi dito taxativamente que iriam avaliar todas as infraestruturas em função dos 25% investidos pela Câmara Municipal nas obras do PRO-NORTE e de 15% do Fundo de Coesão sendo feita uma depreciação em função do seu tempo e do seu uso, tendo sido esta proposta reprovada pela Câmara Municipal.-----

Das muitas soluções surgidas, a presente solução, pela qual vota favoravelmente, é a única que permite ao munícipes de todo o concelho vir a ter água, dado que não há financiamento para água e saneamento desde 2002. Acrescentou também que, embora respeite as propostas de baixar a água, as mesmas têm resultado na

2011.06.22

incapacidade do serviço de águas de gerar receitas . Ao dar benesses, sejam elas quais forem, por direito ou obrigação, está-se a quartar o direito de todos terem água e saneamento, o que além de ser uma questão municipal é ainda mais uma questão de saúde pública. Avalia positivamente a proposta da Câmara Municipal visto que uma parte de Vale de Cambra continua a não ter direitos assegurados e só estará descansado quando tal acontecer.-----

Tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, foi a mesma transmitida ao **Sr. Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida** que solicitou à Assembleia Municipal para que, além da deliberação da aprovação dos documentos aqui presentes, fosse deliberado delegar na Câmara Municipal todo a tramitação que este Procedimento de Negociação obriga, até à decisão final, sendo o assunto apresentado na Assembleia Municipal aquando da decisão final relativa à selecção do parceiro privado, de forma a evitar a convocação de sessões, a cada decisão procedimental. Explicou que o procedimento seguinte será seleccionar os candidatos de acordo com os critérios definidos, passando à fase seguinte somente os candidatos que reúnam os critérios pré estabelecidos, ficando essa competência da responsabilidade da Câmara Municipal para que o procedimento seja rápido. Solicitou ainda que fosse mencionado o órgão Assembleia Geral, devendo integrar-se nos Estatutos, a sua constituição e composição com um Presidente e dois Secretários.-----

No uso da palavra, o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva propôs uma alteração ao título do agendamento, por entender que “Seleção de Parceiro Privado para a Entidade” induz em erro, uma vez que não é a selecção que está em debate. Propôs o seguinte título: “Alteração às regras concursais relativamente à selecção de parceiro privado”. Entende que assim ficaria bem mais claro o que estão a discutir.-----

2011.06.22

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que tal não era possível porque na realidade se ia conceder a oportunidade de admitir a concurso, novos parceiros. Dando a palavra ao vereador **Dr. José Pedro Vieira de Almeida** este esclareceu que o procedimento tem uma fase inicial que se chama qualificação dos candidatos, passando à fase seguinte os candidatos que reúnem os requisitos financeiros e técnicos previstos no caderno de encargos sendo isso uma selecção. Esclareceu ainda que não estão a fazer uma parceria público privada, mas sim a vender 49% de uma empresa. A colocar um sinónimo de selecção no título do ponto, estariam a dizer o mesmo, não se encontrando a Assembleia a discutir preciosismos de português que não acrescentam nada ao fundamento da proposta.-----

No uso da palavra, o Sr. José do Nascimento Peres esclareceu que referiu logo no início da sua intervenção que este assunto já tinha sido discutido em 26 de Fevereiro mas que, voltava a falar no assunto porque tinha tido acesso a documentos que na altura não tinha tido. Afirmou que o conhecimento que tem hoje da empresa municipal a formar, pode eventualmente alterar o sentido de voto que tinha na altura. Respondendo à intervenção do Sr. Manuel Domingos Costa Tavares, referiu as palavras proferidas pela Sr.^a Dr.^a Manuela Ferreira Leite ao Primeiro Ministro, Eng.º Sócrates, na Assembleia – “o Sr. é que é do Governo, o Sr. é que decide, nós não temos obrigação nenhuma de lhe estar a ensinar a fazer os deveres”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação, com as alterações propostas pela Câmara Municipal.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por dezanove votos a favor (sendo 18 da bancada do PPD/PSD e um do Sr. João Pedro Costa), sete votos contra (da bancada do CDS/PP e do Sr. José do Nascimento Peres), e quatro abstenções (sendo três da bancada do PS e um do Sr. António dos Santos Sousa, da

2011.06.22

bancada do CDS/PP), aprovar os seguintes documentos, nos termos e condições da proposta apresentada pela Câmara Municipal:-----

- as actas do Júri do Procedimento de Negociação 20/2010 de “Seleção de parceiro privado para Entidade Empresarial Local “Águas do Caima, EEM”, datadas de 10.11.2010, 07.03.2011 e 10.05.2011;-----

- os Estatutos da Entidade (já aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 26.09.2008, e agora readaptados por força da alteração da legislação em vigor), com as seguintes rectificações: no artigo 5.º, ponto 1, deve fazer-se referência à Assembleia Geral, bem como acrescentar uma cláusula referente à composição da referida Assembleia Geral;-----

- o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, já aprovados em sessão da Assembleia Municipal de 26.02.2010 e agora readaptados por força da alteração da legislação em vigor;-----

- o Acordo Parassocial e o Contrato de Gestão.-----

Mais deliberou delegar na Câmara Municipal competência para liderar todos os trâmites necessários à construção do Procedimento de Negociação 20/2010 de “Seleção de parceiro privado para Entidade Empresarial Local “Águas do Caima, EEM”, bem como a menção nos Estatutos do órgão – Assembleia Geral, composto por um presidente e 2 secretários, à excepção da decisão final que será presente à Assembleia Municipal.-----

Devido a um compromisso inadiável e anteriormente assumido retiraram-se da sessão os Senhores: Carlos Tavares, Rogério Brandão dos Santos, Manuel Correia de Campos, Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, João Pedro Costa, Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Jorge Tavares da Costa e Vítor Manuel Ribeiro Tavares.-----

4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CPCJ DE 2010 E DO PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011: O Senhor Dr. David Luís de

2011.06.22

Almeida Loureiro, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, apresentou o Relatório de Actividades de 2010 e o Plano de Actividades de 2011 da CPCJ de Vale de Cambra, tendo sido auxiliado pela Sr.^a Dr.^a Clotilde Santos, Directora Técnica do Centro de Acolhimento de S. Gonçalo, da Santa Casa da Misericórdia.-----

Disse que o volume processual durante o ano de 2010 foi de 30 processos, tendo transitado 35 de 2009, instaurados 26, reabertos 4 e arquivados 35 processos. Os processos referem-se essencialmente a crianças e jovens de Vale de Cambra. Como entidades sinalizadoras dos processos analisados surgem os Serviços da Segurança Social com 15 processos, os Estabelecimentos de Ensino com 8 e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens com 7 processos, entre outras. Realçou a participação das situações de maus tratos e negligência de crianças e jovens provenientes de famílias nucleares e famílias mono-parentais, por vizinhos e particulares.-----

A CPCJ tem registado mais casos de negligência, 43 ao todo, relativos à não prestação de cuidados de saúde, alcoolismo, prostituição, toxicodependência e outros comportamentos desviantes. -----

Quanto às medidas de promoção e protecção, referiu terem tomado algumas medidas, em especial junto da família, sendo a última medida a ser tomada a colocação das crianças e jovens em Centros de Acolhimento após esgotado o acolhimento junto de familiares, sendo sempre proposta a sua adopção.-----

Quanto às actividades desenvolvidas em 2010, destacou a Comemoração do Dia Mundial da Criança, a criação de um link no site da Câmara Municipal, a distribuição de calendários com divulgação da CPCJ, a organização de um Fórum com a participação dos Municípios de Entre o Douro e Vouga e Sever do Vouga onde foram debatidas questões que preocupam quem trabalha com crianças e

2011.06.22

jovens, tendo a CPCJ sido congratulada pela Comissão Nacional pela iniciativa ímpar.-----

Quanto às propostas para 2011, referiu as acções no âmbito da prevenção a realizar na EB1, sobre o funcionamento das novas tecnologias, área preocupante porque se assiste a situações de aliciamento de crianças e jovens para práticas menos lícitas; as acções temáticas a realizar nas escolas EB2/3 e Secundária sobre maus tratos e violência escolar, tais como o bullying actualmente muito em voga. Referiu que já foi concluído o concurso Pictórico-literário “Ser Criança Hoje” estando disponível um ficheiro sobre a actividade, no site do Agrupamento de Escolas das Dairas, deixando à Câmara e outras entidades, um pedido de apoio para o concurso, porque têm excelentes trabalhos, com muitas mensagens bonitas e criativas que mereciam ser publicadas em livro para que todos pudessem apreciar o seu conteúdo.-----

Falou da acção de esclarecimento e funcionamento restrita, dirigida a todos os comissários da Comissão Alargada da qual fazem parte quatro elementos da Assembleia Municipal, achando que o trabalho desta é insuficiente sendo necessário reunir os seus integrantes no sentido de ser feito um trabalho conjunto. Falou dos contactos tidos com a Polícia Judiciária sobre casos de abuso sexual e a necessidade destes fazerem acompanhamento e divulgarem nas escolas e não só, como lidar com estas situações para que as suas acções não se revelem prejudiciais na resolução dos casos.-----

Concluiu a intervenção comunicando que será realizado na altura do Natal, o II Fórum das CPCJ's entre Douro e Vouga.-----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e deu a palavra ao 1º Secretário, **Dr. António Fernando de Pina Marques** que manifestou o seu testemunho de apreço pelo trabalho realizado pela Comissão, congratulando o seu Presidente, Dr. David Loureiro, bem como todos os que trabalham em prol da

2011.06.22

protecção das crianças e jovens. Referiu que os dois Centros de Acolhimento que existem em Vale de Cambra têm feito um trabalho de criação de novas rotas, novos projectos de vida para muitas crianças, dando muito de si e do seu tempo. Destacou o trabalho ímpar da Sr.^a Eng.^a Fátima Fonseca no Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha, no sentido do bom acolhimento dos jovens e no que respeita à sustentabilidade financeira da Entidade. Deixou um agradecimento público ao Dr. Ferreira Pinto, com o qual colaborou no âmbito das suas funções como Procurador do Ministério Público, referindo-se às suas qualidades como pessoa, à sua disponibilidade, ao seu elevado sentido profissional e de responsabilidade e à forma ímpar de abordar as questões, em especial no âmbito da CPCJ. -----

No seguimento da apresentação feita pela CPCJ, refere o relatório de uma auditoria feita pela Inspecção do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, onde consta a análise de todos os processo do Centro de Acolhimento de S. Gonçalo da Santa Casa da Misericórdia, que deixou todos os profissionais orgulhosos pelo bom trabalho que tem sido feito. Há a consciência de que o serviço prestado poderia ser ainda melhor, mas existem limitações entre outras, as de espaço, sendo contudo aquele Centro de Acolhimento, uma referência do bom trabalho que se faz em prol dos menores, no distrito de Aveiro. Enquanto responsável pelo Centro de Acolhimento de S. Gonçalo, deixa um convite aos presentes para visitar este Centro situado em Coelhosa para presenciar o serviço prestado e os projectos que estão a ser desenvolvidos.-----

Pelo Presidente da Assembleia foi aceite o convite e, como conclusão do assunto referiu que um dos problemas mais graves de Portugal é estrutural e consta de dois milhões de pobres de entre os dez milhões de habitantes, sendo a pobreza o maior atentado aos direitos humanos e quando se fala da CPCJ e das consequências dessa pobreza, olhamos para as instituições de carácter social,

2011.06.22

que são instituições que vão resolvendo as questões sendo a questão fulcral a obrigação de erradicar a pobreza, a fome e afirmar os direitos das crianças.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e) do artigo 53.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 9 de Junho de 2011, acerca da actividade do Município e respectiva situação financeira.-----

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou, face ao pedido feito há mais de dois anos, para que a Estrada Nacional nº 328 entre o Km 0,0 e Km 2,1 passasse para a jurisdição do Município, foi despachado pelo Secretário de Estado no último dia do seu mandato, ficando este troço de estrada a pertencer ao Município de Vale de Cambra que se junta à desafecção já feita da Av. Infante D. Henrique, que forma o Centro da Cidade.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

6. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos Deputados Municipais presentes, aprovar a minuta da acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: -----

Interveio a Sr.ª Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra, na qualidade de representante da Academia de Música de Vale de Cambra, convidando a Câmara Municipal e Assembleia Municipal a assistir ao concerto a realizar pelo Orfeão de Vale de Cambra, juntamente com a Orquestra Clássica de Coimbra e coros do concelho de Vale de Cambra no Europarque, no dia 26 de Junho. -----

2011.06.22

Intervenção do Sr. Dr. José António Abrantes Soares Almeida, referindo-se ao procedimento de selecção de parceiro privado para a Entidade Empresarial Local – Águas do Caima, EEM, apontando alguns aspectos técnicos relacionados com os Estatutos e o Acordo Parassocial. -----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por
concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e uma horas e trinta e
cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por si e
pelos secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário

O 2º Secretário _____

[illegible]

[illegible]